



São Luís, 07 de novembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor  
**JOEL HERNÁNDEZ GARCÍA**  
DD. Comissário da Comissão Interamericana de Direitos Humanos –  
CIDH/OEA.

**Ref.: Situação de conflitos em territórios de quebradeiras de coco babaçu**

Senhor Comissário,

O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu- MIOCB, vem por meio deste documento apresentar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos a situação de conflitos e ameaças em que estão submetidas as quebradeiras de coco babaçu.

**I. APRESENTAÇÃO**

As quebradeiras de coco babaçu são identificadas como pertencentes às Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, são mais de 300.000 no Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará. A floresta de babaçu ocupa cerca de 25 milhões de hectares nesses estados, sendo a palmeira também encontrada em outras regiões de Minas Gerais, Goiás, Ceará, Rondônia e Mato Grosso.

Elas estão nos biomas cerrado e no bioma amazônico, são áreas com grande concentração da floresta de babaçu, associado com outras plantas nativas como juçaras, buriti, dentre outras arvores frutíferas e madeireiras.

O MIOCB é organizado de várias maneiras em suas comunidades, cidades, aldeias, assentamentos, na periferia de cidades pequenas, nas reservas extrativistas de babaçu e também em beiras de estradas. Essas



mulheres se organizam em um movimento social que representa aspirações e lutas.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 do IBGE aponta que de um total de 68.741 estabelecimentos de produção de babaçu, somente em 15.094 estabelecimentos as quebradeiras são proprietárias da terra; os demais, quase 80% do total, são assentados sem titulação definida, arrendatários, parceiros, ocupantes e produtores sem-terra. Então, a grande maioria das quebradeiras não possuem o domínio sobre os babaçuais. Isso ocasiona o aprisionamento do babaçu e demais recursos naturais.

Essa é a lógica da grilagem de terra para os ruralistas é ter domínio e colocar em prática o “desenvolvimento capitalista” no campo que busca esvaziar o conteúdo da identidade das comunidades tradicionais, relacionadas ao seu pertencimento histórico a territórios, em que lutam pelo bem-viver e enfatizam a “modernização” de formas de produção de riqueza no campo, visando a transformar identidades tradicionais em atividade meramente econômica na lógica do mercado.

O contexto político, ambiental e social determina a problemática do caso em torno do embate de dois modelos de desenvolvimento opostos. Por um lado, há fazendeiros, produtores de soja, monocultura de dendê, arroz, cana de açúcar, teca e mamona, empresários da indústria de ferro (gusa), óleo vegetal e celulose e papel que promovem a concentração de terras, a riqueza e a expulsão das quebradeiras de coco do babaçu. O modelo do agronegócio modifica sua economia camponesa, desestabiliza suas famílias e sua produção.

Nas áreas de atuação do MIQCB são diversas as situações de ameaças a que estão submetidas as quebradeiras de coco e suas famílias. Desde a implantação de grandes empresas, que expulsam as quebradeiras de seus territórios, submete essas mulheres e suas famílias a relações de trabalhos degradantes, devastação das florestas de babaçu a impedimentos realizados por ditos proprietários que impedem as quebradeiras ao livre acesso aos babaçuais, obrigando muitas vezes a relações desumanas na compra do babaçu, como a quebra de meia, de terça, e outras formas de submissão.

Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu-MIQCB

Rua 10, quadra 14, casa 35, Bequimão- São Luís

CEP- 65.061-600

Fone: (98) 3268 - 3357 e 3221 – 4163

e-mail: [miqcb@miqcb.org.br](mailto:miqcb@miqcb.org.br)



Aqui o MIQCB apresentará uma situação vivenciada pelas quebradeiras de coco babaçu na região da Baixada Maranhense, onde centenas de famílias vivem com suas formas de vida ameaçadas.

## II. SITUAÇÕES DE AMEAÇAS E CONFLITOS

No Estado do Maranhão o MIQCB atua em 03 regiões, Região de Imperatriz, Médio Mearim/Cocais e Baixada Ocidental. Em todas essas regiões as quebradeiras estão submetidas a situação de conflitos e ameaças relacionadas ao acesso ao babaçu e permanência nos seus territórios.

A baixada maranhense é conhecida por seus campos alagados e pela massiva criação de gado bubalino. O local foi declarado Área de Proteção Ambiental (APA) e reconhecido como uma das 08 áreas classificadas como “Sítio Ramsar” pela Convenção de Ramsar - tratado intergovernamental celebrado no Irã, em 1971, e ratificado por 150 países, dentre eles o Brasil.

Apesar de tal importância, não há ação efetiva do poder público com vistas à proteção dos campos e de sua sócio e biodiversidade. Com vistas a garantir a manutenção do meio ambiente e o seu uso sustentável, minimizando os conflitos com fazendeiros e produtores da região, o Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu exigiu a criação de uma Reserva Extrativista que abrangesse o território tradicionalmente ocupado pelas comunidades locais.

Foi proposta, então, a criação da Resex Enseada da Mata, na região da Baixada. Todavia, seu processo tem se desenrolado de forma lenta e burocrática, estando paralisado no ICMBIO desde o ano de 2011.

Os campos naturais são comumente utilizados na agropecuária, notadamente para criação de búfalos e gado. Tais atividades disputam espaço com as atividades das quebradeiras de coco e quilombolas . O gado é criado



solto e por isso destrói plantações, polui os campos e mata os peixes, além de limitar o acesso aos recursos por parte das comunidades tradicionais.

Em uma ação coordenada de todas as comarcas da região, o Ministério Público Estadual propôs Ações Civas Públicas em face dos criadores de búfalos, responsabilizando-os civilmente por danos ambientais, baseado na Constituição Estadual. Todavia, tais ACPs em nada resultaram, havendo, na maioria das vezes, favorecimento dos criadores de búfalo.

A criação bubalina é tida como uma das maiores fontes de renda da região, gozando de privilégios do poder público, o que contribui para acirrar o conflito entre os criadores, as quebradeiras de coco e quilombolas. Tal disputa tem gerado graves conflitos na região, com reiteradas ameaças de morte contra as lideranças dos movimentos negro, quilombolas e de quebradeiras de coco.

Há exemplo o Território Sesmaria dos Jardins, município de Matinha/MA, já foram registrados mais de 20 boletins de ocorrência registrando as ameaças sofridas por mulheres e homens em suas comunidades e que até o momento não houve nenhuma investigação, colocando as lideranças e suas famílias em situação de risco.

As comunidades de quebradeiras de coco babaçu sofrem ainda limitação ao acesso das palmeiras e outros recursos naturais feito através do cercamento dos campos, inclusive com a utilização de cercas elétricas, as quais já causaram lesões e mortes nas áreas de babaçuais. Nos municípios onde se tentou a propositura de Leis do Babaçu Livre houve intensa resistência por parte dos latifundiários e criadores de búfalo, ocasionando a não aprovação do projeto de lei babaçu livre.

O Governo do estado do Maranhão após diversas reivindicações das quebradeiras de coco babaçu realizou por duas vezes a ação denominada “Baixada Livre”. Essa consistiu em retirada de cercas elétricas na região da



Baixada. A operação aconteceu em 2016 e 2017 nos municípios de Cajari, Viana e Matinha.

A operação resultou na retirada de algumas cercas sendo que proprietários com o encerramento da operação, retornaram com eletrificação das suas cercas, acirrando o conflito e ameaças de lideranças e ainda infringindo a lei ambiental que proíbe o uso de cercas nas áreas de proteção ambiental.

A retirada das cercas seria um passo importante para manter a sobrevivência das famílias que encontram se impedidas de coletar o coco, colocar roça, pescar e realizar qualquer outra atividade produtiva no território.

No Município de Matinha território de Sesmaria dos Jardins as famílias além da luta pelo acesso aos recursos naturais estão com processo no Instituto de Terras do Maranhão-ITERMA para regularização do seu território quilombola envolvendo as comunidades de Bom Jesus, Patos e São Caetano. Essas famílias precisam de ter territórios livres para permanência e reprodução dos modos de vida.

### **III. DO PEDIDO**

Pelo acima exposto, solicitamos a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos que, recomende ao Estado brasileiro a doação das seguintes medidas:

- A investigação imediata dos casos de ameaças às lideranças do território Sesmaria dos Jardins;
- A imediata retirada das cercas eletrificadas e não eletrificadas dos campos naturais da Região da Baixada Maranhense;
- A imediata titulação do território quilombola de Sesmaria dos Jardins, município de Matinha/MA.



Atenciosamente,

Rosenilde Gregória Santos Costa  
Coordenadora do MIQCB

Movimento Interstadual das Quebradeiras de Coco Babaçu-MIQCB  
Rua 10, quadra 14, casa 35, Bequimão- São Luís  
CEP- 65.061-600  
Fone: (98) 3268 - 3357 e 3221 – 4163  
e-mail: [miqcb@miqcb.org.br](mailto:miqcb@miqcb.org.br)